



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE. Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, realizada em 08 de fevereiro de 2024. Em 08 de fevereiro de 2024, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, por meio de videoconferência. Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes – **Representantes do Poder Público Estadual:** Rosângela Pereira dos Santos (T) – Rep. IGAM, Maria de Lourdes Amaral Nascimento (S) – Rep. IGAM, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Matheus Vinícius Costa Neto (S) – Rep. SES, Robert Souza Costa (T) – Rep. PMMG, Lilian Messias Lobo (T) – Rep. IEF, Flamir César Del Bel (T) – Rep. SEAPA, Ailton César Costa (T) – Rep. EMATER, Bruno César Moreira Scalli (S) – Rep. EMATER – **Representantes do Poder Público Municipal:** Geraldo Donizeti Pereira (T) – Rep. PM de Passos, Henrique Rodarte Fernandes Silva (T) – Rep. AMEG, Osmany de Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Rubens de Paula Campos Neto (S) – Rep. PM de Jacuí, José Aparecido de Pádua (T) – Rep. PM de Itaú de Minas, Fábio de Castro Alves (S) – Rep. PM de Itaú de Minas, Murilo Freitas Cintra (T) – Rep. PM de Ibiraci, Vandeir Lionar da Silva (S) – Rep. PM de Ibiraci, Lucas Horta Maia (T) – Rep. PM de Fortaleza de Minas, José Geraldo da Silva (S) – Rep. PM de Fortaleza de Minas, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso – **Representantes de Usuários de Recursos Hídricos:** Daniel Campos Abreu Freitas (S) – Rep. S.P.R. Passos, Ronaldo Nunes da Silva (T) – Rep. SAAE Passos, Silzaní Soares Lopes (S) – Rep. SAAE Passos, Sérgio Luis Resende (T) – Rep. COPASA, Carlos Donizete Alves Júnior (T) – Rep. Furnas Centrais Elétricas, Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira (T) – Rep. FIEMG, Maura Helena de Miranda Nunes (T) – Rep. Votorantim Cimentos S.A. – **Representantes de Sociedade Civil de Recursos Hídricos:** Tânia Cristina Teles (T) – Rep. CRBIO-04, Odila Rigolin de Sá (S) – Rep. CRBIO-04, Dalton Nunes Gonçalves Junior (T) – Rep. OAB, Rodrigo Borges de Barros (S) – Rep. OAB, Célio Bertelli (T) – Rep. PROBRIG, Amanda Francieli de Almeida (T) – FECOM, Rômulo Amaral Faustino Magri (T) – Rep. UEMG, André Luiz Rodrigues (T) – Rep. SINDEFURNAS. **Assuntos em Pauta: Item 01 – Abertura e verificação de quórum:** Thiago, auxiliar administrativo do CBH GD7, realizou a lista de presença de forma nominal. Constatou quórum para iniciar a reunião. **Item 02 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia:** Flamir, secretário-executivo do CBH GD7, solicitou que Thiago fizesse a leitura do expediente do dia. **Item 03 – Leitura e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do dia 15/12/2023:** Foi realizada a leitura da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do dia 15/12/2023 para a plenária e posta em votação para aprovação da mesma, sendo aprovada pela plenária. **Item 04 – Propostas para aplicação dos recursos hídricos em relação às metas estabelecidas pelo Comitê:** Flamir deu sequência na reunião mencionando sobre as ações que devem ser discutidas para que o Comitê realize as melhorias na bacia, buscando sugestões dos conselheiros para a atuação e atualização das metas. Solicitou a participação do conselheiro André Luiz Rodrigues, que tomou a palavra para relatar sobre as atribuições e articulações que o Comitê necessita realizar para a execução dos trabalhos, relembando das discussões em reuniões anteriores sobre a regularização da legislação para resíduos sólidos no município de Passos, trabalhando políticas públicas para tratar sobre este assunto, promovendo uma ação voluntária onde foi estabelecida uma minuta de legislação no município, devido às atualizações do Plano de Saneamento Básico. Mencionou a preocupação do Comitê com o córrego Liso, situado no município de São Sebastião do Paraíso, onde são despejados poluentes industriais e semi-industriais, contaminando a água. Ressaltou a necessidade do Comitê buscar os órgãos públicos, envolvendo a indústria para auditoria e fiscalização e outras instituições que tem peso político e técnico para avaliar este problema. Falou também sobre a drenagem urbana, destacando que todas as cidades que fazem parte do Comitê necessitam de um projeto de drenagem para lidar com enchentes e devastações que as chuvas intensas têm trazido. Em seguida, passou a palavra para Maria de Lourdes Amaral Nascimento, que frisou o Plano de Bacias, sendo necessário a verificação das metas e ações contidas nele, discutindo com os conselheiros sobre sua execução, trazendo especialistas nos

assuntos. Destacou a relevância das ações do plano e a necessidade do retorno da apresentação destas ações e seus resultados para a plenária. Mencionou sobre a aprovação da Agência de Bacia que passará pelo CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos) para sua implantação, para o início da administração dos recursos da cobrança, trazendo o Plano Plurianual, que contém a programação das ações a serem implementadas no período de 4 (quatro) anos. Mencionou também a atualização do Plano do Grande, pela ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), que trará as ações para execução. Maria de Lourdes passou a palavra para a conselheira Tânia Cristina Teles que mencionou as ações que são realizadas mas não são divulgadas, exemplificou com a coleta seletiva, que é realizada em Passos, no que diz respeito às ações referentes à destinação dos resíduos sólidos, mencionou também o avanço que se obteve por este trabalho, porém ainda é necessária a conscientização da população para atingir o objetivo almejado. Relatou a necessidade de divulgar estas ações para que o Comitê esteja mais participativo. Em seguida, o conselheiro Sérgio Luiz Resende, representante da COPASA, tomou a palavra mencionando as questões de saneamento básico, relatando sobre a atuação da empresa nos municípios abrangidos pelo GD7. A COPASA atua em 7 (sete) municípios presentes na região do Comitê, sendo que 4 (quatro) deles já possuem o tratamento completo, são eles: Alpinópolis, Delfinópolis, São Roque de Minas e São Sebastião do Paraíso. Em outubro de 2023, foi implantado em Nova Resende, uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), tendo a previsão de atingir a meta de 90% (noventa por cento) de coleta e tratamento até o segundo semestre de 2024. Outra cidade que já possui o projeto é Bom Jesus da Penha, onde está passando por revisão para iniciar a licitação. Ibiraci ainda é necessário a elaboração do projeto, relatando que o município está sobre prioridade para a elaboração, para cumprimento do cronograma estabelecido pela COPASA. A palavra foi passada para a conselheira Rosângela Pereira dos Santos, que complementou a fala da conselheira Maria de Lourdes, que mencionou sobre o acompanhamento da implementação das ações do Plano Diretor, através da Câmara Técnica, destacando a efetividade deste acompanhamento. Foi realizado o levantamento dos municípios que possuíam o plano de saneamento, levantou-se também quais municípios possuíam a coleta seletiva implementada e a destinação para estes resíduos. Devido a estes levantamentos foi possível mapear a situação dos resíduos na bacia. Rosângela sugeriu a reativação da Câmara Técnica para continuar com a realização destes trabalhos, propondo a agenda de acompanhamento das ações do Plano, levando o resultado deste acompanhamento para as reuniões da plenária. Rosângela questionou à plenária quem está acompanhando a revisão das ações do Plano do Comitê do Grande. André tomou a palavra respondendo que faz parte da Câmara Técnica de Planejamento e que tem acompanhando a revisão do PIRH (Plano Integrado de Recursos Hídricos) Grande do comitê federal. Mencionou que tem sido auxiliado pelos técnicos da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e pelos consultores contratados para a implementação do Plano, e que as ações estão sendo revisadas, mencionando a extensão e complexidade do trabalho, revendo as ações que podem ser realizadas pelo comitê, destacando a necessidade da agência de bacia para as realizações de algumas ações. Solicitou a contribuição dos conselheiros do GD7 para a execução dos trabalhos, contando com a articulação das entidades para esta execução. Ressaltou a necessidade do acompanhamento, solicitando a COPASA para a execução do Projeto em Ibiraci, mencionando o empenho da instituição PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande) na realização deste trabalho, solicitando o tratamento sanitário nesta região. Sérgio manifestou dizendo sobre o trabalho que tem realizado em Ibiraci, solicitando junto à COPASA o início do projeto, mencionando seu empenho na execução deste trabalho. Rosângela retomou a palavra, falando sobre o quadro de ações do Plano Integrado de Recursos Hídricos, onde estas ações são integradas junto ao CBH Grande, que envolve os comitês paulistas e mineiros. Explanou sobre as ações do Manual Operativo (MOP), que são ações integradas e de curto prazo, fazendo o acompanhamento nas reuniões da CTIG (Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão). André tomou a palavra expondo uma dúvida relacionada à ausência de um representante do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) para atualizar as informações e os indicadores do plano, questionando Rosângela se seria a diretoria dela que fariam estas atualizações. Rosângela respondeu positivamente, dizendo que provavelmente tenha sido alguma falha na comunicação por não participar desta reunião, se colocando à disposição para participar das reuniões futuras. Flamir tomou a palavra agradecendo as contribuições e solicitou sobre ações que possam ser realizadas durante o período entre as reuniões. Lilian solicitou o uso da palavra para dizer que o Governo de Minas Gerais tem realizado diversos programas e ações para a preservação do meio ambiente, propôs ao comitê de articular com o governo estadual sobre apresentações para orientar como proceder para que estas ações sejam realizadas em nossa região. Flamir solicitou que os conselheiros enviem suas sugestões e solicitações por e-mail para que o Comitê possa realizar estas ações. Rosângela tomou a palavra, dizendo que o GD7 é um dos melhores comitês avaliados segundo as ações do Plano, com uma boa porcentagem das ações concluídas, mesmo sem cobrança e sem agência, obteve uma boa implementação das ações do Plano Diretor, muitas ações não foram implementadas devido à necessidade da cobrança e da agência de bacias. Com a aprovação da agência, será possível acompanhar as

implementações destas ações. Ainda há muito trabalho a ser feito. Flamir agradeceu às contribuições de Rosângela e mencionou a respeito de incêndios que acontecem nas margens das rodovias. André pediu a palavra para dizer sobre trabalhos anteriores do Comitê, onde a instituição PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande) solicitou uma ação junto ao IEF (Instituto Estadual de Florestas), SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), Governo do Estado de Minas Gerais e ao Corpo de Bombeiros o combate a incêndios florestais, foi feita uma série de cobranças a estes órgãos para que houvesse pessoas especializadas, houvesse uma orçamentação de um hidroavião para que servisse à comunidade em geral para o combate aos incêndios. Diante destes fatos, André propôs a elaboração de um ofício para enviar novamente com o objetivo de uma brigada de incêndio, capacitando as defesas civis e investimentos em equipamentos. Destacou a importância da articulação do Comitê junto aos órgãos responsáveis; destacou a importância da elaboração de projetos bem estruturados, buscando este apoio. Rosângela pediu o uso da palavra para que os conselheiros consultassem os quadros de ações do Plano Diretor para verificar a implementação das ações, articulando com as instituições do SISEMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente): IEF (Instituto Estadual de Florestas), FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), que possuem projetos em diversas áreas. Mencionou sobre a nova lei do FHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), onde foi feito um processo de revisão e atualização e foi aprovado recentemente, possibilitando a captação de recursos via FHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos). Destacou a importância do fortalecimento de uma Câmara Técnica de Planejamento no Comitê que, por não possuir recursos para todas as ações do Plano, será necessário a priorização de ações, por meio da Câmara Técnica para a execução destas ações. Flamir mencionou a importância destas ações para a bacia, nivelando o conhecimento dos trabalhos já realizados pelo Comitê e os que serão realizados com todos os conselheiros. Abriu espaço para que Maria de Lourdes relatasse sobre a necessidade da recomposição da Câmara Técnica, sugerindo para que seja feito o contato com as instituições que tem interesse em fazer parte desta câmara. Flamir respondeu que a Câmara Técnica já foi recomposta e que os membros já foram definidos, tendo a necessidade apenas da definição de um novo coordenador. Devido ao tempo da discussão ter chegado ao limite para o próximo item de pauta, os conselheiros concordaram em dar sequência na reunião. **Item 05 – Atualização sobre o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas:** A conselheira Tânia Cristina Teles, secretária-adjunta do CBH GD7, iniciou sua apresentação dizendo sobre a sua participação presencial no Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizada em dezembro de 2023, em Belo Horizonte/MG, onde foram reunidos os representantes de todos os comitês para discussão do Parecer da Decisão Nº12, que instituiu o Grupo de Trabalho e Discussão, Estudos e Encaminhamentos referente à Agenda Propositiva, que foi eleito entre os representantes dos comitês, participando das reuniões com os órgãos estaduais. Foi instituído também um grupo de trabalho para articular o 1ª Encontro Regional de Comitês de Bacia Hidrográfica da Região Sudeste – ERCOB/Sudeste que será realizado em Belo Horizonte. Foi eleito o colegiado coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias. Houve a discussão sobre a criação do Grupo de Trabalho de Águas Subterrâneas, que é uma proposta do GD7. Apresentação e discussão do relatório dos comitês, que foi apresentado pelo IGAM, onde houve algumas divergências nas respostas dos participantes. O Conselheiro André questionou sobre as discrepâncias. Tânia respondeu que estas divergências poderiam ter acontecido devido à ausência de tempo hábil para responder aos questionários ou os participantes não tenham entendido as questões. A conselheira Maria de Lourdes contribuiu sobre o assunto, mencionando que as respostas são relativas às atividades do IGAM, onde pode ter havido divergências no entendimento das questões pelos questionados, exemplificando com algumas situações para esclarecimento aos conselheiros. Em relação ao Nivelamento sobre o PL 2.885/2021, que Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Gerais (FHIDRO), onde esta lei foi publicada e deve ser regulamentada por meio de um decreto em que a SEMAD e o IGAM estão elaborando este decreto para envio ao Governador do Estado de Minas Gerais. Houve a criação do Coletivo Feminino do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), com o intuito do estímulo da participação feminina nos comitês, elegendo a conselheira Ivonete para representação no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. A 82ª Reunião Ordinária do Encontro dos Comitês será realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro, em Capitólio. André pediu a palavra para solicitar ao conselheiro Henrique Rodarte, para que a AMEG apoiasse no café da tarde a ser servido no evento da 82ª Reunião Ordinária do Encontro dos Comitês. Henrique solicitou que fosse encaminhado um ofício com a solicitação para que pudesse colaborar. O conselheiro Ailton César Costa solicitou o uso da palavra para comunicar que com a saída da conselheira Alice Beatriz Pereira Soares, passou a ser titular da instituição EMATER e apresentou seu suplente, Bruno César Moreira Scalli. **Item 06 – Informes Gerais:** Flamir repassou a palavra para Thiago, que fez os seguintes informes. Recebido Ofício de substituição do membro suplente representante da COPASA, Sr. Marlon César Aguiar,

pelo membro representante Sr. Welington Luiz Vilela. Divulgado por e-mail o novo Panorama das Águas de Minas Gerais 2023, que apresenta dados da gestão e da situação dos recursos hídricos no estado. O volume está disponível no Portal Infohidro. Realizado o 2º Encontro Técnico do CBH Grande em 23/01/23, dando continuidade ao Processo de Revisão dos Programas de Ações do PIRH Grande e dos Planos de Recursos Hídricos das suas Bacias Afluentes. Este encontro tratou sobre a “Execução Financeira dos Recursos Arrecadados via Cobrança pelo Uso da Água e Outras Fontes”. Recebido Ofício de substituição da instituição EMATER do membro titular, Sra. Alice Beatriz Pereira Soares, pelo membro representante Sr. Ailton César Costa e suplente Bruno César Moreira Scalli. Realizada a Live de Lançamento Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2023 como parte da Jornada da Água 2024, pela ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), em 02/02/24. Conhecido por ser a principal publicação da ANA e a maior referência sobre a situação das águas e sua gestão no Brasil, o Conjuntura atualizou a situação da gestão dos recursos hídricos no país por meio de um conjunto de indicadores e estatísticas. Enviado convite para a 4ª Reunião da UGP Alto São Francisco que será realizada no dia 26/02 às 14:00. Enviado convite para o Encontro dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, que será realizado nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2024, em Capitólio, na Casa da Cultura Tião Inácio. **Item 07 – Encerramento:** Flamir se pronunciou que serão analisadas as colocações e disponibilizou para que os conselheiros pudessem se manifestar, sem mais manifestações, Flamir encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Flamir Cesar Del Bel, Secretário(a)**, em 12/04/2024, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Nunes da Silva, Presidente(a)**, em 12/04/2024, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **86138073** e o código CRC **7C50C84D**.

Referência: Processo nº 2240.01.0001631/2024-09

SEI nº 86138073